

## O historiador e o sociólogo: Nicolau Sevcenko e Sergio Miceli

The historian and the  
sociologist: Nicolau Sevcenko  
and Sergio Miceli

Ricardo Rocha<sup>1</sup>



**Resumo:** Este artigo procura discutir as relações entre as obras dos pesquisadores brasileiros Nicolau Sevcenko e Sergio Miceli – o historiador e o sociólogo. A partir da tentativa de explorar o “diálogo” entre estes pesquisadores, através de sua produção, são feitas algumas considerações adicionais sobre as (diferentes) abordagens da sociologia da cultura e da história social e cultural. Duas resenhas de Nicolau Sevcenko sobre livros de Sergio Miceli e um exemplar anotado pelo primeiro de obra do último, constituem as fontes principais. Além disso, comenta-se ainda sobre a constituição de um novo campo de estudos no Brasil, em relação à literatura e as artes, a partir do final da década de 1970. **Palavras-chave:** Sociologia da cultura; História social e cultural; Sergio Miceli; Nicolau Sevcenko.

**Abstract:** This paper discusses the relations between the works of the Brazilian researchers Nicolau Sevcenko and Sergio Miceli – the historian and the sociologist. In exploring the “dialogue” between them, some considerations are made about the different approaches of the sociology of culture and social and cultural history. Two reviews of Miceli’s books by Nicolau Sevcenko and a annotated book of Miceli belonging to Sevcenko are the main sources. In addition to this, the article comments on the constitution of a new field of research in Brazil, related to literature and the arts, from the 1970’s.

**Keywords:** Sociology of culture; Social and cultural history; Sergio Miceli; Nicolau Sevcenko.

Ricardo Rocha  
O historiador e o sociólogo:  
Nicolau Sevcenko e Sergio Miceli



## Introdução

“Os homens cultos de uma época podem estar em desacordo sobre os objetos pelos quais disputam, mas ao menos estão de acordo em disputar os mesmos objetos”

Pierre Bourdieu

Este trabalho<sup>2</sup> procura discutir o “diálogo” estabelecido entre o historiador Nicolau Sevcenko (1952-2014) e o sociólogo Sergio Miceli (1945- ), ambos professores na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), através de suas obras. Para tanto, são tomadas como referência três fontes principais, a saber: duas resenhas escritas por Nicolau Sevcenko tratando de dois livros publicados por Sergio Miceli – primeiro, a resenha intitulada *A república dos mandarins* (SEVCENKO, 2001), sobre o livro de Miceli *Intelectuais à brasileira* (MICELI, 2001) e, a seguir, outra resenha denominada *A terceira margem do Atlântico* (SEVCENKO, 2003a), sobre o livro *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo* (MICELI, 2003a). Somando-se a estas, também será comentado um exemplar de *Nacional estrangeiro*, com dedicatória do sociólogo para o historiador, que, anotado pelo próprio Nicolau Sevcenko, pertenceu, portanto, à sua biblioteca particular. Deve-se fazer notar que se *Intelectuais à brasileira* reunia os trabalhos de Sergio Miceli, até então, sobre a elite cultural no Brasil, *Nacional estrangeiro*, o passo seguinte nesta trajetória, deveria ter sido lançado acompanhando aquele, os dois livros formando, portanto, uma espécie de “díptico”.

O percurso através dos nexos aproximando o trabalho dos dois intelectuais, o diálogo entre eles, é, portanto, examinado de forma direta no exemplar anotado de *Nacional estrangeiro*, nas citações e nas resenhas assinaladas; e, indiretamente, de maneira contextual, nas abordagens ao redor de “objetos” de interesse similares. Entre eles, cabe destacar a intelectualidade brasileira da primeira metade do século XX, principalmente encarnada em escritores e artistas, quer como individualidades ou sujeitos pertencentes a grupos ou comunidades de sentido (ROCHA, [2020], no prelo). Além disso, a leitura de caráter privado, o exemplar anotado de *Nacional estrangeiro*, servirá de termo de comparação para as resenhas de caráter público, como forma de tentar flagrar, nesse movimento, algo do “ofício do crítico”<sup>3</sup>.

Como sugerido pelo título deste texto, deve-se ressaltar que as trajetórias



dos dois personagens aqui estudados radicam-se em posturas de trabalho intelectual constituídas a partir de experiências singulares, amparadas em linhagens acadêmicas distintas. Se Nicolau Sevcenko parece destacar inicialmente os instrumentos utilizados pelo historiador atento às inovações do momento no campo intelectual (*linguistic turn*, história da cultura, abordagem interdisciplinar), posteriormente, entretanto, parece haver uma maior aproximação (anos 1990 e 2000) ao redor dos temas da sociologia da cultura e da história social e cultural. Mas agora é através da obra de Sergio Miceli que se torna possível apontar uma melhor calibragem entre uma matriz analítica da sociologia da cultura em diálogo com outros campos.

Como pano de fundo desta discussão, emergem, portanto, considerações sobre os instrumentos da sociologia, o ofício do sociólogo, lado a lado com as ferramentas da história, o *métier* do historiador. Nomeadamente, em um momento inicial (anos 1970 e 1980) de maior embate ao redor da introdução de novas abordagens e problemáticas no mundo intelectual e acadêmico, paulista e brasileiro, pelos dois intelectuais, Miceli e Sevcenko, cujas obras são discutidas aqui.

### **A virada dos anos 1970-1980 no Brasil: o início das trajetórias de Nicolau Sevcenko e Sergio Miceli**

Nicolau Sevcenko formou-se em história pela Universidade de São Paulo (USP) em 1975. Em 1981, concluiu seu doutorado na mesma instituição com o título *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, publicado posteriormente na forma de livro e que será discutido adiante. Entre 1986-1990, realizou seu pós-doutorado na Universidade de Londres, onde fazia parte do *Centre for Latin American Cultural Studies*, tornando-se livre docente da Universidade de São Paulo em 1992, com pesquisa intitulada *Orfeu extático na metrópole — São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*, também publicada como livro e comentada adiante. Sevcenko pode ser considerado um pioneiro dos estudos interdisciplinares no Brasil, com o citado *Literatura como missão*, onde a produção literária de dois inconformados com as mazelas sociais da situação brasileira do início do século passado — os escritores Euclides da Cunha e Lima Barreto— fornecia o aporte “documental” para uma pesquisa histórica e crítica do período representado pela República Velha. Depois de seu segundo livro (*A revolta da vacina*, 1983), sobre a convulsão social, ocorrida no Rio de Janeiro em 1904, em função da campanha de vacinação contra a varíola,



alguns de seus trabalhos mais conhecidos são o citado livro *Orfeu extático na metrópole* e a organização do terceiro volume da coleção *História da vida privada no Brasil* (1998), dirigida por Fernando Moraes. Em um capítulo desta (*A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*), trata das transformações urbanas, sociais e culturais no Rio de Janeiro dos anos 20 e, naquele, de problemática semelhante em relação a São Paulo.

Já Sergio Miceli graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (1967), obtendo mestrado na área pela Universidade de São Paulo (1971) e doutorado, também em sociologia, simultaneamente pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, onde foi *élève* de Pierre Bourdieu, e pela Universidade de São Paulo (1978). Atualmente, é professor titular de sociologia na mesma instituição. Seu mestrado gerou a publicação do livro *A noite da madrinha*, voltado ao estudo da cultura televisiva, sob a inspiração da semiologia. Já o doutorado deu origem ao livro *Intelectuais e classe dirigente no Brasil 1920-1945*, de 1979, considerado um clássico no tema das relações entre a classe intelectual e as elites no Brasil. Antes dele, já havia aparecido *Poder, sexo e letras* (1977) que trata, assim, do mesmo período do primeiro livro de Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão*.

A passagem da década de 1970 para os anos de 1980, no Brasil, foi caracterizada pelo início do processo de redemocratização e o posterior fim do regime militar. Não obstante o recrudescimento da ditadura no final dos anos 1960, vale lembrar, no mesmo período, as trocas acadêmicas entre França e Brasil ao redor das ideias estruturalistas, com pesquisadores brasileiros frequentando seminários em Paris e as visitas ao país de nomes como Roman Jakobson (1967) e Tzvetan Todorov (1969). Já a partir da década de 1970, em um momento de críticas ao estruturalismo, Michel Foucault também visita o país e é convidado a deixá-lo por acompanhar estudantes em um protesto contra o regime (PERRONE-MOISÉS, 2004).

Em um depoimento em que trata do aparecimento de *Literatura como missão* e da repercussão do livro, Nicolau Sevcenko (2006, p. 41) diria que:

naquele período, final dos anos 1970, o peso da ditadura militar se fazia presente nas universidades e na vida cultural do país em geral. É fácil compreender, naquele contexto, a predominância de pesquisas sobre história política e história econômica nas universidades. Eram essas áreas que prevaleciam num contexto muito politizado, muito partidarizado, dentro da universidade. Então, quando eu apareci com



[um] projeto que tinha uma natureza de história cultural, centrado numa documentação que era essencialmente literária, o conjunto do projeto foi visto como uma espécie de impropriedade em relação ao contexto que se vivia.

Por outro lado, o historiador atribui o sucesso posterior do livro à “necessidade, naquele momento da abertura [política], de o país ter um projeto de futuro, que de alguma forma trouxesse consigo, como ideia dominante, a ideia do resgate da dívida social brasileira” (SEVCENKO, 2006, p. 41). Resgate da dívida social do país, tal como era apontado pelas obras dos autores abordados no trabalho do historiador – Euclides da Cunha e Lima Barreto, “personagens” de *Literatura como missão*. Como termo de comparação, *Poder, sexo e letras* de Sergio Miceli, que aborda o mesmo período histórico, procura associar o trabalho intelectual de toda uma geração às condições gerais de sua inserção (marginal) nas camadas dirigentes brasileiras. Em outras palavras, menos do que uma vocação ou missão, o trabalho intelectual era a opção que restava aos indivíduos menos bem colocados na estrutura social das elites brasileiras – chamados pelo autor de “primos-pobres”. Nesse sentido, ficavam manifestas as diferenças de tratamento de temas e períodos históricos semelhantes: o que interessava à Nicolau Sevcenko, como historiador, era a “voz” dos marginalizados pela República Velha no Brasil, dada a conhecer pelos escritores inconformistas do período, Lima Barreto e Euclides da Cunha; ao passo que, para o sociólogo Sergio Miceli, o foco de interesse era o deslinde das ilusões autoimpostas pelos próprios intelectuais brasileiros, com relação ao seu papel social, nesse mesmo período histórico. Ambos os pesquisadores já vinham, portanto, montando seus próprios arcabouços teórico-críticos quando do advento dos “estudos culturais”.

### A república dos mandarins

Como dito linhas acima, o primeiro livro de Sergio Miceli resenhado por Nicolau Sevcenko, *Intelectuais à brasileira*, lançado em 2001, reúne os trabalhos do sociólogo, até aquele momento, sobre a elite cultural no Brasil. Nele comparecem textos como *Poder, sexo e letras* (publicado originalmente em 1977), *Intelectuais e classe dirigente* (1979), *A construção do trabalho intelectual* (seu memorial para o concurso de professor titular em sociologia na Universidade de São Paulo, 1992), *Intelectuais brasileiros* (1999), em um arco



temporal, portanto, de mais de vinte anos de pesquisa.

A resenha de Nicolau Sevcenko sobre o livro é bastante formal. No prefácio à edição original de *Intelectuais e classe dirigente* – considerado por Sevcenko “um clássico [que] tem servido de inspiração e de inestimável instrumento de análise para sucessivas gerações de pesquisadores” (SEVCENKO, 2001) – o crítico literário Antonio Candido havia dito, em relação ao trabalho do prefaciador, que “ou o prefaciador resume o livro, ou produz um ensaio marginal a partir dele. Em ambos os casos pouco pode fazer pelo texto, que vale ou não por si mesmo” (CANDIDO, 2001, p. 71). A atividade do crítico-resenhista Nicolau Sevcenko, nesse sentido, move-se em terreno semelhante. Menos do que um ensaio, o destaque da resenha de Sevcenko fica por conta de procurar rastrear o desenvolvimento da obra de Sergio Miceli, a partir do debate gerado pela recepção de suas primeiras publicações, tal como exemplificado na sempre lembrada advertência de Candido: “o papel social, a situação de classe, a dependência burocrática, a tonalidade política – tudo entra de modo decisivo na constituição do ato e do texto de um intelectual. Mas nem por isso vale como critério absoluto para os avaliar” (CANDIDO, 2001, p. 73-74). É o que o próprio Miceli denominaria de “extremado tratamento sociologizante” (MICELI, 2001, p. 411). Nas palavras de Nicolau Sevcenko “sua opção deliberada de confrontar métodos acrílicos, dispostos a reiterar as posições dos escritores, sem checar a extensão de seus compromissos pessoais, familiares e sociais” (SEVCENKO, 2001, p. 1).

Para André Botelho, em *Anatomia do medalhão*, resenha cujo título faz referência ao conto de Machado de Assis *Teoria do medalhão*, e que trata igualmente de *Intelectuais à brasileira*, o prefácio de Antônio Candido sintetizaria, de fato, as principais críticas ao método inicialmente proposto por Sergio Miceli (BOTELHO, 2002). Mas se este poderia ser incluído no que o próprio Miceli considerou “reações menos hostis às teses centrais do livro” (MICELI, 2001, p. 374), tal não parece ser o caso das críticas de Daniel Pécaut em *Os intelectuais e a política no Brasil* (PECAUT, 1990), dirigidas à noção de “interesse” como chave para entender as relações dos intelectuais com o Estado. De acordo com André Botelho,

Pécaut vê nessas relações não a promoção dos interesses próprios dos intelectuais, mas a expressão da sua ‘conversão’ à ação política, deixando clara a sua identificação com o modo pelo qual esses atores interpretaram suas próprias vicissitudes nos termos da ‘missão’ de que





se sentiam investidos (BOTELHO, 2002, p. 64).

Não é o caso aqui de analisar a pertinência ou não das ponderações de André Botelho em relação às críticas de Daniel Pécaut. Mais significativo é chamar a atenção para sua observação de que o “sentido” do conjunto da obra de Sergio Miceli seria “a crítica à prolixa representação de *missão* dos intelectuais brasileiros” (BOTELHO, 2002, p. 163). O próprio Miceli iria se referir ao assunto em *A construção do trabalho intelectual* (1992), texto incluído na coletânea *Intelectuais à brasileira*, dizendo que, em seu trabalho,

os intelectuais tinham sido analisados com prismas que faziam ruir os discursos bem (ou mal) intencionados dos críticos e louvaminheiros especializados em cantar em verso e prosa sua ‘missão’ para a ‘redenção’ do mundo social. E nisso residia o pulsar do desconforto (MICELI, 2001, p. 412).

O ponto é importante na medida em que *Literatura como missão* é justamente o título de uma das obras mais importantes de Nicolau Sevcenko – inclusive admirada por Sergio Miceli<sup>4</sup>. Um aspecto significativo é lembrar que a primeira edição de *Literatura como missão* (1983) foi lançada poucos anos depois da primeira edição de *Intelectuais e classe dirigente* (1979). Na introdução original é possível ler a seguinte frase de Nicolau Sevcenko (2003b, p. 31): “foi sempre clara aos poetas a relação intrínseca existente entre a dor e a arte. Esse é o caminho pelo qual a literatura se presta como um índice admirável, e em certos momentos mesmo privilegiado, para o estudo da história social”. Relembre-se o subtítulo da obra, “tensões sociais e criação cultural na Primeira República”, e a passagem anterior ganha sentido, na medida em que, para o historiador, a história cultural teria um índice privilegiado para a compreensão das tensões sociais de uma época através da análise da criação literária de determinados escritores inconformistas. Nicolau Sevcenko cita discretamente Sergio Miceli<sup>5</sup> – *Poder, sexo e letras* aparece na bibliografia de *Literatura como missão* – mas não *Intelectuais e classe dirigente*. Entretanto, é como se levasse em conta outra advertência pronunciada por Antonio Candido, no bojo do que foi comentado parágrafos acima, com relação ao prefácio do livro de Miceli, quando aquele afirmava ser necessário distinguir entre os intelectuais que “servem” e os que “se vendem”. Ao discutir o que identifica como “escritores-cidadãos” irá apontar uma fissura





profunda e irremediável dentre o grupo intelectual. Com eles surge a camada dos ‘vencedores’, o filão letrado que se solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política, desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência no regime e de guias incondicionais do público urbano (SEVCENKO, 2003b, p. 131).

Camada esta que seria representada por alguns escritores da época, nomes como Coelho Neto, Olegário Mariano e Afrânio Peixoto. O segundo grupo seria constituído pelos “derrotados” ou *ratés*, por oposição aos primeiros, divididos, por sua vez, entre resignados e combativos – cujos representantes máximos poderiam ser Cruz e Sousa, de um lado, e Lima Barreto, de outro. Não obstante, se o sucesso dos primeiros “repousava sobre um perfeito ajustamento aos gostos e anseios do público<sup>6</sup>, daí suas temáticas cediças e sua linguagem aparatosa” (SEVCENKO, 2003b, p. 132); o segundo grupo, “na busca permanente de um alívio para sua situação, oscilaria entre o anseio de fruir do mecenato e o desejo de exercer tutela, por mais contraditórios que possam parecer à primeira vista” (SEVCENKO, 2003b, p. 135)<sup>7</sup>. Em suma, retomando as colocações do historiador anos depois, retornaríamos aqui aos contornos da análise “miceliana” sobre as condições sociais da criação cultural,

a começar pela ambição de engatar o trabalho intelectual ou artístico à moldura mais ampla das relações de força, no itinerário histórico de uma dada formação social, logrando assim resgatar, em sua inteireza, tudo que as obras e as significações de sentido devem às suas condições mais gerais de existência (MICELI, 2003b, p. 67).

Em uma perspectiva comparada, apropriando-se algo livremente da noção de “longa duração” de Fernand Braudel, o lugar do intelectual na “República dos mandarins” parece não ser tão diferente assim do que ocorria com a “intelectualidade” do Iluminismo, cerca de cento e cinquenta anos antes. Nessa direção, é interessante analisar algumas observações de Nicolau Sevcenko lado a lado com questões levantadas pela pesquisadora do Iluminismo Elisabeth Badinter, em seu estudo *As paixões intelectuais* (BADINTER, 2007a).

Ambos identificam o surgimento da “opinião pública” como fundamental à ação dos intelectuais que, entretanto, moviam-se nos estreitos limites da manutenção ou ascensão social impostos pelas classes dirigentes, seja no Brasil da Primeira República ou na França do *Ancien Régime*<sup>8</sup>. Se as advertências de



um José Veríssimo ressoavam Jean D’Alembert ou Jean-Jacques Rousseau, ao distinguir “briga por empregos e posições” – tema de Sergio Miceli – dos “altos interesses humanos e sociais” (VERÍSSIMO apud SEVCENKO, 2003b, p. 112)<sup>9</sup> – tema de Nicolau Sevcenko – este parece aproximar o destino do grupo dos “mosqueteiros-derrotados” de uma frustração iluminista: “em vez de entrarem para um universo fundado nos valores da razão e do conhecimento, que premiasse a inteligência e a competência com o prestígio e as posições de comando, viram tudo reduzido ao mais volúvel dos valores: o valor do mercado” (SEVCENKO, 2003b, p. 115).

De maneira semelhante, para além das vicissitudes das *liaisons dangereuses* de Voltaire e outros iluministas com as monarquias europeias, Elisabeth Badinter discorre sobre a “exigência de dignidade” de Rousseau e, principalmente, D’Alembert. Como o prefácio da peça *Narciso* (1752) de Rousseau, o *Ensaio sobre a sociedade dos homens de letras e os grandes* (1753) de D’Alembert causou furor na época de sua publicação, podendo ser resumido na fórmula do primeiro “liberdade, verdade e pobreza”, pois, segundo ele, “quando esta última é temida se está muito distante das duas outras” (ROUSSEAU apud BADINTER, 2007a, p. 81). Curiosamente, acreditando no que escreverá depois o próprio D’Alembert, seu *Ensaio sobre a sociedade* teria melhor acolhida na corte do que entre seus pares: “alguns grandes senhores o honraram com seus elogios, alguns homens de letras o rasgaram. Aqueles enxergaram nele apenas um orgulho estimável, e os outros, apenas uma vaidade revoltante” (D’ALEMBERT apud BADINTER, 2007a, p. 83). Ao que poderia ser acrescentado: orgulho inútil diante da realidade social despertando, como em um espelho, um sentimento de revolta em função da condição social do intelectual, seu “lugar”, no panorama europeu do Século XVIII.

A digressão, posto de lado qualquer anacronismo<sup>10</sup>, é válida em mais de um aspecto. Menos pelos paralelismos José Veríssimo/ Rousseau ou Nicolau Sevcenko/ Elisabeth Badinter, ou, mesmo, pela constatação de que desde o *Ensaio sobre a sociedade*, passando por *Intelectuais e classe dirigente*, o tema do lugar e dos limites/ extensão das ações dos intelectuais em relação ao poder está na ordem do dia; mas, principalmente, por observações de Elisabeth Badinter que acabam aproximando os trabalhos de Nicolau Sevcenko e Sergio Miceli. Por exemplo, ao referir-se ao *Ensaio sobre a sociedade* de D’Alembert e ao *Prefácio* da peça *Narciso* de Rousseau escreve a pesquisadora:

quaisquer que sejam as diferenças entre os dois textos, percebe-se



a mesma aversão pela desigualdade, a mesma desconfiança face às aparências e honrarias, a mesma vontade de manter distância em relação aos grandes. Não é por acaso que os autores são um bastardo e um modesto genebrino. As origens do primeiro são invariavelmente motivos de comentários, e o segundo não esquece que um dia quiseram fazê-lo jantar na copa (BADINTER, 2007a).

Ou, mais especificamente, tratando do primeiro e citando um de seus críticos, Fréron: “a propósito de D’Alembert, o senhor não sabe e eu também ignorava que ele... não pode ser ativo, em vista de sua categórica impotência; mas de bom grado se presta a ser passivo” (BADINTER, 2007a, p. 84). Em termos “micelianos”, D’Alembert seria quase um “primo pobre”, filho abandonado de pais nobres, que vê assim seu *handicap* social e cultural ser diminuído, ao não poder usufruir do capital que teria se fosse prole legítima. Dirigindo-se alternativamente à atividade intelectual<sup>11</sup>, assumiria um papel ou uma espécie de aproximação ao mundo feminino<sup>12</sup>. Rousseau, por sua vez, assume o estoicismo do “mosqueteiro-derrotado sevckeniano”, do *raté* de origem humilde, que não teme a pobreza e recusa pensões e honrarias.

A reedição de *Literatura como missão* (2003), sendo posterior a nova edição de *Intelectuais e classe dirigente* no volume em questão, *Intelectuais à brasileira* (2001), coincide temporalmente, no entanto, com o seguinte livro de Miceli *Nacional estrangeiro* – todos, inclusive, publicados pela Companhia das Letras, sob os auspícios de Luiz e Lilia Schwarcz. Na nota da reedição, ao destacar a acolhida do volume, Nicolau Sevcenko aponta os aspectos “ousados” que considera responsáveis pelo seu sucesso: o alinhamento com o *linguistic turn* no último quartel do século XX e com o advento da história da cultura; e a abordagem interdisciplinar adotada. Assim, parece estabelecer, retrospectivamente, uma distinção entre os instrumentos do sociólogo de *Poder, sexo e letras* e *Intelectuais e classe dirigente* (o tratamento sociologizante tal como discute na resenha, e os do historiador atento às mudanças (*linguistic turn*, história da cultura, abordagem interdisciplinar) na virada dos anos 1970 e 1980.

Em texto sobre a contribuição de Pierre Bourdieu para a sociologia da cultura, Sergio Miceli distingue uma fase inicial na obra do pensador francês, entre os anos 1950 e 1970, onde impera o tratamento sociológico “duro” (MICELI, 2003b). Deve-se lembrar que sua tese de doutorado, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil 1920-45*, publicada em português em 1979, foi realizada sob



orientação de Bourdieu. Nela podemos ler: “a única maneira de diferenciar os membros dessa elite intelectual e burocrática é privilegiando o perfil de seus investimentos na atividade intelectual em detrimento do conteúdo de suas obras, tal como aparece reificado na história das ideias” (MICELI, 2001, p. 210). Uma mudança na posição de Bourdieu só iria se operar, mais claramente<sup>15</sup>, em 1992, com o aparecimento de *Les règles de l'art, genèse et structure du champ littéraire*, onde aparece um entendimento da prática, no sentido de um

poder criador, de um projeto autoral discernível e inteligível, de uma invenção surpreendente ou de um feito transformador, à maneira do que, mais tarde, Bourdieu faria questão de sublinhar e deslindar nas experiências criativas de Baudelaire, Manet e, em especial, de Flaubert, somente seria completamente revista e retrabalhada nos escritos da maturidade (MICELI, 2003b, p. 71).

Daniel Roche, discípulo de Ernest Labrousse e cuja tese em história social é contemporânea aos trabalhos de Sergio Miceli e Nicolau Sevcenko, ao comentar a crítica de Laurence Brockliss sobre seu trabalho, em um artigo sobre o panorama francês do debate história social versus história das ideias, observa:

Brockliss pôde me recriminar por ter sido capaz de estudar a estrutura de um fenômeno social, mas não de apresentar [sua] originalidade... Em outras palavras, um historiador francês faz história social, mas um historiador inglês deve fazer a história das ideias (ROCHE, 2012, p. 9).

A anedota dá bem a medida da “geografia das tradições acadêmicas” então em jogo. Se a primeira edição de *Literatura como missão* antecede a ida de Nicolau Sevcenko para seu pós-doutorado na Inglaterra em 1986, por outro lado, sua opção geográfica talvez revele a afiliação intelectual eleita. Na sua própria avaliação, anos depois, propõe que

Os historiadores àquela altura já estavam suficientemente municiados de instrumentação sociológica, mas careciam muito dos métodos de investigação antropológica. Do ponto de vista dos historiadores, por quem eu posso falar, essa foi a grande abertura que o tema da metrópole trouxe para o debate acadêmico. Acho que o encontro das duas perspectivas projetou para o primeiro plano o âmbito cultural em detrimento das análises que tinham uma orientação estritamente



socioeconômica antes disso. Acho que essa inovação veio para ficar e hoje em dia é o modo como se articula o debate no campo da História Social, com uma História Social enraizada no contexto urbano (KANASIRO; HIRANO, 2012, p. 1) <sup>14</sup>.

Em *Literatura como missão* aparecem, citados textualmente em relação ao tema da “sociologia do romance”, nomes como os de Lucien Goldmann<sup>15</sup>, Michel Zérafra e John Orr. Este último é usado na introdução para referendar a ideia de que a relação estudos literários/ ciências sociais seria considerada então (quase) um “truísmo”. John Orr era professor no departamento de sociologia da Universidade de Edimburgo e lançara dois livros sobre o tema, o primeiro deles, *Tragic realism and modern society: studies on the sociology of the modern novel* (1977), é o que aparece na bibliografia arrolada por Nicolau Sevcenko como “crítica, estética, teoria e história literária”. Michel Zérafra é o próximo a ser citado (*Fictions: the novel and social reality* – original em francês *Roman et société*, 1971), ainda na introdução, como apoio para a colocação de que

a exigência metodológica que se faz, contudo, para que não se regrida a posições reducionistas anteriores, é de que se preserve toda a riqueza estética e comunicativa do texto literário, cuidando igualmente para que a produção discursiva não perca o conjunto de significados condensados na sua dimensão social (SEVCENKO, 2003b, p, 29).

Já Lucien Goldmann (*A sociologia do romance*) aparece no capítulo sobre Euclides da Cunha, dando suporte teórico-metodológico para o entendimento de que a partir da maneira de como Euclides “dispõe, dá coerência, organiza e estrutura as concepções e ideias que lhe suscita a realidade circunjacente, no interior do espaço peculiar aberto por sua linguagem, é que podemos descortinar sua visão de mundo” (SEVCENKO, 2003b, p. 176). Nicolau Sevcenko procura, assim, conciliar as ferramentas do historiador, os instrumentos da crítica literária e as contribuições da sociologia da cultura (sociologia da literatura). É o que se pode deduzir da forma com que organiza os dois capítulos em que analisa as contribuições de Euclides da Cunha e Lima Barreto, estruturados em “A linguagem”, “A obra” e “Os fundamentos sociais”. Tenta equilibrar-se, desse modo, tal como expresso na ponderação de Michel Foucault – citado, aliás, duas vezes na introdução e uma vez na conclusão do livro – sobre o panorama discutido por Daniel Roche: “reajo contra esta ruptura entre história social e



história das ideias. Os historiadores dos fenômenos sociais estão proibidos de escrever como se os atores sociais agissem sem pensar e os historiadores das ideias como se eles pensassem sem agir” (ROCHE, 2012, p. 13).

Não obstante, na resenha sobre *Intelectuais à brasileira*, Nicolau Sevcenko já apontava que no artigo *Intelectuais Brasileiros*, publicado originalmente em 1999, Sergio Miceli também demonstraria “plena disposição de operar com outras disciplinas e enfoques que apontam para referências diversas, para além dessa redução sociológica avessa aos discursos intelectuais” (SEVCENKO, 2001). Nas palavras do próprio sociólogo, tratava-se dos

ganhos heurísticos trazidos pela confluência de uma gama diversificada de disciplinas e tradições intelectuais – desde a sociologia e a antropologia, passando pela história social, intelectual e das mentalidades, pela crítica literária, pela filosofia, até as diversas orientações teóricas no interior da história da arte (MICELI, 2001, p. 395).

Na sequência de um estudo anterior sobre o pintor modernista Cândido Portinari, o volume *Imagens negociadas* (1996), que começava a colocar em prática o projeto, anunciado em 1992<sup>16</sup>, de uma história social das artes plásticas no Brasil (MICELI, 2001, p. 412)<sup>17</sup>, *Nacional estrangeiro* demonstraria, de acordo com Nicolau Sevcenko, “a sensibilidade, o refinamento e a erudição dos procedimentos de crítica de arte praticados pelo sociólogo” (SEVCENKO, 2003a). Se o ano da reedição de *Literatura como missão* coincide com o da publicação de *Nacional estrangeiro*, no posfácio da primeira Nicolau Sevcenko já citava o segundo. Se a referência é, novamente, relativamente discreta, talvez seja possível perceber algo desse “diálogo em surdina” (ver, ao final, comentário de Sergio Miceli sobre o assunto) flagrando, como dito no início, alguma coisa do “ofício do resenhista-historiador”, no movimento entre a leitura de caráter privado – através do exemplar de *Nacional estrangeiro* anotado por Sevcenko – e as resenhas de caráter público, escritas pelo historiador, sobre a obra do sociólogo.

### A terceira margem do Atlântico

*A terceira margem do Atlântico*, título da resenha de Nicolau Sevcenko sobre o livro *Nacional estrangeiro* de Sergio Miceli, faz referência ao conto *A*





*terceira margem do rio*, de Guimarães Rosa, onde um pai abandona a família e passa a navegar pelo rio, a terceira margem sendo o lugar (impossível) de seu reencontro. Analogamente, a cultura da margem de lá do Atlântico (Europa) parece encontrar a da margem de cá (América Latina) em algum lugar impreciso ou precário, a terceira margem “nacional estrangeira”.

Começando pela frase de Alfred de Musset, “os grandes artistas não têm pátria” (SEVCENKO, 2003a), Sevcenko reafirma na resenha sua crença no poder da literatura e dos intelectuais ao admitir que “desde o Romantismo, portanto, se entende toda grande arte como sendo universal-nacional. A única coisa que ela não pode ser, jamais e de forma alguma, sob o pecado capital de faltar à verdade das suas origens, é nacional-estrangeira” (SEVCENKO, 2003a). Segundo o historiador,

assim se resolve a equação: o arrebatamento que impulsiona os povos na busca da liberdade, da expressão mais autêntica de sua imaginação e das mais altas demandas da Justiça [com jota maiúsculo no original], é universal; mas, quando ele consuma essa sua vocação, o resultado, pela força mesma da sua autenticidade, terá sempre uma raiz local, uma inflexão singular e uma destinação nacional (SEVCENKO, 2003a).

A seguir, com agudeza, através daquilo que chama de exposição das “regras perversas”, Nicolau Sevcenko percebe o livro (proposta metodológica) de Sergio Miceli como

instrumento decisivo para reorientar a compreensão do movimento moderno, repassando as ênfases dos aspectos estéticos, doutrinários e propagandísticos para os contextos históricos, sociais e econômicos que acentuam os drásticos contrastes entre os âmbitos brasileiro e europeu (SEVCENKO, 2003a).

A “peça” central dessa proposta metodológica, sua matriz analítica, sendo o conceito apresentado no título do livro. Nicolau Sevcenko, portanto, entende o “nacional estrangeiro” como desvirtuamento do “universal-nacional”, uma aporia possível apenas no contexto assimétrico de trocas desiguais entre centro e periferia do capitalismo. Ato contínuo, retoma a análise de Sergio Miceli sobre *Homem com cachorro* de Fernand Léger, onde o pintor é constrangido a “amenizar” sua linguagem para afeiçoá-la ao gosto do cliente.

Uma contrafação cubista para suprir as exigências da imagem





cosmopolita pretendida pelo patrono, porém sem arriscar ofender os frequentadores do seu salão. Nesse complicado jogo entre as demandas de Paulo Prado e as concessões de Léger, o resultado é o ‘nacional estrangeiro’ (SEVCENKO, 2003a).

O que coincide em parte com sua análise dos literatos “vencedores”, em *Literatura como missão*, cujo sucesso “repousava sobre um perfeito ajustamento aos gostos e anseios do público” (SEVCENKO, 2003b, p. 132). Por outro lado, algumas das observações do historiador em *Orfeu extático na metrópole*, de 1992, como quando ele entende as *paisagens animadas* de Fernand Léger como um “universo de coesão, plasticidade, homogeneidade, pureza, energia, excitação emocional e alegria”, uma “utopia da sociabilidade moderna e industrial” (SEVCENKO, 1992, p. 285); ou a obra de sua pupila, Tarsila do Amaral, como uma “utopia da brasilidade tropical” (SEVCENKO, 1992, p. 285) vão de encontro aos comentários de Sergio Miceli. As diferenças são ainda mais claras nas observações sobre a produção de Lasar Segall que, para Sevcenko, “incorpora registros da cena brasileira, sem alterar, no entanto, o rigor da sua sintaxe expressiva de origem, sem produzir efeitos simbolizantes, de forma a preservar a ênfase da sua abordagem social” (SEVCENKO, 1992, p. 287); e, para Miceli, “adota procedimentos formais radicalmente distintos daqueles vigentes nos trabalhos de feição expressionista dos últimos anos de sua longa estadia alemã” (MICELI, 2003a, p. 157)<sup>18</sup>. Tudo se passa como se houvesse certa inversão de papéis. É possível, como sugerido antes, que Nicolau Sevcenko tenha sido beneficiado pelo debate ao redor de *Intelectuais e classe dirigente no Brasil 1920-45*, que antecede a publicação de *Literatura como missão*, procurando reunir e conciliar os instrumentos do historiador, a análise literária e as sugestões da sociologia do romance. Passada uma década, é Sergio Miceli, lembrando a inflexão apontada na obra de Pierre Bourdieu comentada mais acima, que estabelece uma melhor calibragem entre uma matriz analítica da sociologia da cultura em diálogo com outros campos, com destaque para o exame de obras de pintura, primeiro em *Imagens negociadas* e, já nos anos 2000, em *Nacional estrangeiro*<sup>19</sup>.

Se, retomando a comparação com o Iluminismo, com o aparecimento da opinião pública haveria uma “triangulação” de interesses entre o intelectual ou artista, seu “público” e o “patrão” ou patrono, é importante perceber que, nessa direção, a recepção da pintura possuía suas especificidades. Se o número de pessoas consumidoras de produtos literários era limitado na República Velha<sup>20</sup>,



no caso da pintura a situação era ainda mais circunscrita aos círculos de consumo da elite, em um ambiente restrito aos salões de arte e uma crítica insipiente na imprensa (VERÍSSIMO, 2001). Em suma, a opinião pública interessava pouco, restando ao artista agradecer/ confrontar os críticos de plantão ou apelar diretamente para o patrono ou mecenas.

Voltando à resenha, Nicolau Sevcenko encerra comentando, nesse sentido, sobre o padrão de filantropia das “notabilidades” do mecenato paulista, destacando, através da única citação direta, aquele que Sergio Miceli chama de “príncipe do patronato artístico”, Freitas Valle, ato falho impresso como Freitas *Nobre*.

Não seria o caso de insistir em sutilezas do argumento de Miceli, comparados ao de *Orfeu extático na metrópole*, como quando assinala que, em quadros como *Homem com cachorro*, Léger abriria mão do “léxico expressivo e geometrizar, ou melhor, desistia do fingimento imagético cubista, de sua veemência imaginativa” e, no parágrafo seguinte: “as ‘paisagens animadas’ abdicavam dos poderes da pintura, reivindicados pelo cubismo, no sentido de um universo de representação que pretendia contradizer a experiência” (MICELI, 2003a, p. 11). Cabe, entretanto, lembrar sua arguta observação de que

as interações artísticas entre centro e periferia deixaram marcas fundas tanto nas linguagens e produtos das vanguardas emergentes fora da Europa, como nas encomendas e obras vacilantes de mestres e epígonos atuantes em Paris, desejosos de satisfazer à demanda estrangeira por obras modernistas *ma non troppo*. Em vez de continuar a reiterar uma direção única e exclusiva de influência, do centro para a periferia, convém prestar atenção ao impacto exercido pelos fregueses e discípulos estrangeiros sobre a fatura inclusive de grandes mestres como Léger, Picasso, Matisse e Brancusi (MICELLI, 2003a, p. 15).

Em outras palavras, “os grandes artistas não têm pátria” tampouco uma linguagem intransigente, mormente quando desejosos de serem “vencedores” no mercado de arte internacional.

### **Um exemplar anotado**

O exemplar de *Nacional estrangeiro* anotado por Nicolau Sevcenko contém oito tipos de notações diferentes, destacando passagens ao longo de todo o



livro, alguns nomes circulados e apenas quatro anotações propriamente ditas. O padrão de notação aparece em outros livros anotados pelo historiador<sup>21</sup>, embora não seja exatamente o mesmo, mas o número de anotações é significativamente menor comparado ao que acontece com o exemplar de *Nacional estrangeiro*. As passagens assinaladas concentram-se no capítulo um (Perfil e iniciativas da elite perrequista) da parte um (Mecenato e colecionismo em São Paulo) e no capítulo um (Retrato coletivo dos artistas<sup>22</sup>) da parte dois (O modernismo artístico paulista), com quase um terço do total cada; seguidas dos capítulos três (Tarsila do Amaral: a substituição de importações estéticas) e quatro (Lasar Segall: etnia e experiência imigrante) da parte dois. Condições sociais do mecenato e da produção cultural, de patronos e artistas, por um lado, e a preferência de Nicolau Sevcenko pelos casos de Tarsila e Segall em detrimento de Anita Malfatti e a família Gomide-Graz, tratados nos capítulos dois e cinco, respectivamente, da parte dois.

Das quatro marcações soltas, por assim dizer, as duas com maior destaque são da parte um. Uma do capítulo sobre o arquiteto e empresário Ramos de Azevedo, lembrando sua alcunha de “maestro da orquestra [de trabalhadores e profissionais] italiana”; a outra sendo uma do capítulo sobre Freitas Valle, a única citação direta utilizada na resenha publicada pela *Folha de São Paulo* e mencionada anteriormente. Com o mesmo peso (uso de asteriscos associado a marcação e colchete) aparecem mais duas no “retrato coletivo dos artistas”. Uma na página noventa e nove, assinalando que os títulos clássicos sobre o modernismo brasileiro nas artes plásticas, que sublinham a ruptura deste com o passado, foram escritos por pessoas ou contemporâneas ou próximas às figuras centrais do movimento; e a que parece mais significativa, tratando da experiência imigrante impregnada na raiz mesma do movimento modernista.

Com relação à “crítica” ao modernismo, feita por pessoas contemporâneas às figuras centrais do movimento, Sergio Miceli propôs em comentário ao autor: “talvez [você] pudesse se perguntar o que teria incomodado meu ex-professor [Antonio Candido], a começar pelo desmonte da canonização dos modernistas”, ao ler o trabalho do sociólogo carioca. No prefácio à *Intelectuais e classe dirigente*, Candido, com efeito, iria escrever

Miceli já dispõe de uma perspectiva temporal, que permite certo afastamento, o olhar sem paixão e quem sabe sem ‘piedade’. Mais uns anos e quase todos esses homens serão vinte linhas esquematizadas e arbitrárias numa enciclopédia, sem sopro nem



movimento.

Mas eu não os vejo assim, porque me formei olhando-os na rua, nas fotografias de jornal, nas salas, no noticiário e na referência viva de terceiros (CANDIDO apud MICELI, 2001, p. 73).

Quanto ao trecho que trata da experiência imigrante, a chave de leitura para a marcação da passagem encontra-se, quiçá, não na resenha, mas na reedição de *Literatura como missão*. Na nota dezenove do posfácio (O núcleo notável e a linha ‘evolutiva’ da sociedade e cultura brasileiras) lê-se: em *Orfeu extático na metrópole* estudo “outras tendências da estética moderna, diferentes da enfatizada nos parágrafos que se seguem no presente texto e que confrontam as estratégias de esquecimento e de exaltação comentadas aqui” (SEVCENKO, 2003b, p. 365-366); remetendo depois o leitor à *Nacional estrangeiro*. Nos “parágrafos que se seguem”, Nicolau Sevcenko comenta as reformas da capital paulista nas primeiras décadas do século passado, comandadas pela aliança entre fazendeiros e elite técnico-científica, seu ajuste de contas com o passado, as populações negras e indígenas e o “alvo preferencial do ‘esquecimento’[...] as massas imigrantes turbulentas” (SEVCENKO, 2003b). Para o historiador,

os modernistas projetariam todo seu entusiasmo na celebração de um passado mítico, pré-histórico, o qual transformariam na sua plataforma estética (‘pau-brasil’, ‘antropofagia’, ‘Pindorama’, ‘matriarcado primitivo’ etc.). Essa mitologia das origens se desdobraria por sua vez para um futuro idealizado, concebido como uma estetização da cultura brasileira ‘pura’, pressuposto de uma nova harmonia e plenitude social, sem conflitos, opressões, exclusões ou contradições, derivada do encontro do passado mirífico com o futuro encarnado na mistificação evolutiva das tecnologias emancipadoras (SEVCENKO, 2003b, p. 317).

Ou, nas palavras de Sergio Miceli, na passagem destacada por Sevcenko em *Nacional estrangeiro*, “as experiências de vida de Tarsila tornaram sua pintura caudatária do programa de valorização nacionalista posto em relevo pela ala literária do movimento” (MICELI, 2003a, p. 95). E tal passagem deve ser posta em perspectiva, tal como sugere a seta da marcação de Sevcenko, em relação à experiência imigrante subsumida no movimento modernista-nacionalista.

Sob esse prisma, talvez seja possível entender três das quatro anotações presentes no exemplar, que se referem a passagens sobre Lasar Segall: “ruralização”, “tropicalização”, “nacionalização” – uma “linha evolutiva”, em



suma. Primeiro, a aproximação ao universo rural:

em *O bebedouro*, o artista, mais entrosado, dá mostras de se haver assenhoreado do sentido vivido das interações que envolvem os figurantes populares, imersos no ritmo de um dia de trabalho, no trato dos animais em meio à vegetação, próximos de suas moradias, como que a transmitir certo pulsar de vida ligando seres humanos, animais e paisagem, banhados pela luminosidade, criando-se uma perspectiva em função do posicionamento das figuras em lugar de substituir a paisagem por um registro esquemático (MICELI, 2003a, p. 159, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, a incorporação da cor tropical, “uma paleta ‘explosiva’ de cores vivas, fortes, realçadas por contrastes intensos”, “em lugar do monocromatismo característico das obras expressionistas, ou mesmo do tratamento nuançado do espectro de tonalidades derivadas das cores básicas” (MICELI, 2003a, p. 160). E, então, a “nacionalização”: “Segall com os figurantes negros das telas desse período lhes infundiu certo caráter de personagens quase ‘programáticos’, em alguma medida delineados para atender os reclamos da estética modernista recém-esposada” (MICELI, 2003a, p. 162). Nesse trajeto, o expressionismo inicial deste artista-imigrante sucumbe à linha evolutiva de sua nacionalização artística.

Assim, como sugerido no início, talvez tenha sido possível flagrar algo do *métier* do “resenhista-historiador”, no movimento entre a leitura de caráter privado, através de seu exemplar anotado de *Nacional estrangeiro*, e as resenhas de caráter público aparecidas no jornal *Folha de São Paulo*. Isto é, os temas da segunda resenha são arte universal-nacional, raiz local e regras perversas, o nacional estrangeiro e os padrões de filantropia. A leitura privada, por sua vez, foca nas contradições da experiência imigrante de artistas exemplificados por Segall, seu processo de nacionalização artística. É importante ter em vista que Nicolau Sevchenko, ele mesmo, era filho de uma família ucraniana fugida da revolução bolchevique, em cuja casa a língua falada era predominantemente o russo. Segundo depoimento do historiador,

quando fui para escola, a experiência foi traumatizante. Eu não entendia nada. Sentei onde eu entendi que me mandavam sentar e fiquei ali, constrangido, por um longo tempo, esperando que a aula acabasse e eu pudesse ir correndo para casa, para dizer à minha mãe que haviam cometido um grande equívoco, haviam



me colocado numa escola estrangeira. Pela primeira vez minha mãe me disse isto: ‘Não, estrangeiros somos nós’ (SEVCENKO, 2006, p. 41).

A única frase sublinhada em seu exemplar de *Nacional estrangeiro*, coincidentemente, é sobre imigrantes que “continuam a falar o idioma do país de origem” (MICELI, 2003a, p. 95). É como se o historiador se identificasse em parte com o processo descrito por Sergio Miceli<sup>25</sup>.

### Considerações Finais

Não foi o objetivo deste trabalho sumarizar a obra de Nicolau Sevcenko ou Sergio Miceli, mas procurar perceber alguns aspectos da recepção da obra do sociólogo pelo historiador, em momentos específicos, em função de indícios considerados claros – as duas resenhas publicadas por Sevcenko sobre livros de Miceli, o exemplar anotado de um destes – e também um possível diálogo (velado) entre os dois. Principalmente, em relação ao período compreendido entre a publicação do livro de Sergio Miceli *Intelectuais à brasileira*, ao qual se segue a resenha *A república dos mandarins* escrita por Nicolau Sevcenko, ambos em 2001, e o aparecimento de *Nacional estrangeiro*, do sociólogo, em 2003, o qual é seguido de outra resenha do historiador, *A terceira margem do Atlântico*, no mesmo ano. As resenhas e o exemplar anotado por Nicolau Sevcenko de *Nacional estrangeiro*, entendidos como fontes, confirmam o interesse do historiador no acompanhamento da produção do sociólogo. Nesse sentido, a referência do primeiro ao trabalho de Miceli, na reedição de *Literatura como missão*, no mesmo ano da publicação de *Nacional estrangeiro*, cotejada com suas anotações, não só contribui para esse entendimento como aponta um possível interesse pessoal específico do historiador pelas considerações do sociólogo, a saber, a condição de artista-imigrante, no contexto do nacionalismo modernista no Brasil, na primeira metade do século passado.

Retrospectivamente, foi possível identificar ainda que Nicolau Sevcenko era leitor de primeira hora de Sergio Miceli, citando-o desde a primeira edição de *Literatura como missão*, cuja discussão parece aproximar-se do ponto de vista das ressalvas de Antonio Candido àquele, ao distinguir intelectuais que se venderam de outros que tentaram resistir. Nessa linha, parecia haver para Sevcenko, naquele momento, na virada dos anos 1970 para 1980, alguma distinção entre os instrumentos disponíveis para o ofício do sociólogo – o





tratamento sociologizante – daqueles passíveis de serem empregados pelo historiador da cultura atento às inovações no campo. Entretanto, como o próprio Sevcenko apontará em *A república dos mandarins*, esta distância ou fronteira se esmaece ao longo da obra miceliana.

Não obstante, um aspecto, pelo menos, parecia definir pontos de vista que permaneceram diferenciados, a aparente crença de Nicolau Sevcenko no poder (“missão”) do intelectual engajado em um “projeto de resistência” (SEVCENKO, 2003b, p. 115) – ainda que este projeto se restrinja, em termos semelhantes aos propostos por José Veríssimo (ou, antes dele, por Rousseau ou D’Alembert) a uma atitude de independência crítica e “propostas éticas e cognitivas alternativas aos discursos em vigor” (SEVCENKO, 2003b, p. 315). É o caso de Machado de Assis, que teria “servido” como funcionário público ao Império e à República, sem ter “se vendido”, em sua “obediência transgressora de regras” (MICELI, 2003, p. 70)<sup>24</sup>. Essa inflexão, claramente exposta no posfácio da reedição de *Literatura como missão*, intitulado “O núcleo notável e a linha ‘evolutiva’ da sociedade e cultura brasileiras”, parece ser o centro do “debate” que o historiador propôs ao sociólogo e cuja resposta, quiçá, poderia ter sido esta: “a obra literária [pode] por vezes dizer muito mais sobre o mundo social do que inúmeros textos com pretensão científica, ainda que só consiga lograr tal rendimento tentando dizer num registro no qual não se diz nada por completo” (MICELI, 2001, p. 76-77).

De qualquer forma, como nota Daniel Roche, “os universos do criador e de seus receptores não são separáveis e não se pode reduzi-los a uma só definição ideológica” (ROCHE, 2012, p. 18). Não obstante, talvez seja possível falar, através do “diálogo” entre as obras dos dois pesquisadores discutidos aqui, da constituição de um (novo) campo de estudos no Brasil, onde temas como a literatura e a pintura das primeiras décadas do século passado receberam novo tratamento analítico, com resultados como o desmonte dos esquemas de canonização do modernismo artístico brasileiro (Miceli) ou a tentativa de dar voz às críticas mais ou menos silenciadas dentro de uma história social e cultural (Sevcenko).

Em depoimento ao autor, depois de se mostrar algo reticente em relação à aproximação sugerida com Nicolau Sevcenko, e após ler uma versão inicial da discussão aqui proposta, Sergio Miceli acabou por reconhecer:

[o] texto [...] logrou um contraste produtivo e consequente em torno de posturas de trabalho intelectual radicadas em experiências pessoais e linhagens acadêmicas distintas. Convence o leitor pelo andamento





amigável da demonstração, pela qualidade dos trechos sublinhados, em suma pelo efeito de tornar inteligível um diálogo que estava se dando em surdina, decerto sem muita consciência explícita por parte dos autores postos por você em conversa (MICELI, 2017).

Finalmente, este texto parece sugerir a riqueza analítica da utilização de originais anotados como fontes, mormente quando cotejados com outros documentos como resenhas publicadas, correspondências etc. Tal expediente torna possível o mapeamento de debates (ou “diálogos”), incrementando sua compreensão, realizados ao redor da recepção de obras entre intelectuais que tratam de temas ou objetos próximos – e que, eventualmente, desenvolvem seus trabalhos também “próximos”.

### Referências

BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais: exigência de dignidade 1751-1762*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

BADINTER, Elisabeth. El saber como fuente de fama y riqueza. *La Nación*, Buenos Aires, 20 maio 2007b. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/909896-el-saber-como-fuente-de-fama-y-riqueza>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BOTELHO, André. Anatomia do medalhão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 50, p.163-166, out. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092002000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000300011). Acesso em: 18 abr. 2020.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual y proyecto creador. In: BARBUT, Marc. *Problemas del estructuralismo*. México: Siglo XXI, 1967. p. 135-182.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 71-75.

CHARLE, Christophe. *Homo historicus: reflexões sobre a história, os historiadores e as ciências sociais*. Porto Alegre: Edufrgs, 2018.

KANASIRO, Alvaro Katsuaki; HIRANO, Felipe Kojima. Entrevista com professor Nicolau Sevcenko. *Pontourbe*, São Paulo, n. 10, p. 1-19, jul. 2012. Disponível em:



<https://pontourbe.revues.org/1325>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MICELI, Sergio. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003a.

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 63-79, abr.2003b. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702003000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100004). Acesso em: 18 abr. 2020.

MICELI, Sergio. [Mensagem e-mail]. Destinatário: Ricardo Rocha. [S. l.], 20 nov. 2017. 1 mensagem eletrônica.

MICELI, Sergio. Entrevista. *Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 24, n. 47, p. 409-423, jul.-dez. 2019.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pós-estruturalismo e desconstrução nas Américas. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 213-236.

ROCHA, Ricardo. Diálogos interdisciplinares em Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS CULTURALES INTERDISCIPLINARES, 1., 2018, Madri. Anais [...]. Madri: Ommpress, 2018. p. 32-40. Tema: Cultura y identidad en un mundo cambiante.

ROCHA, Ricardo. *História da arquitetura e da construção luso-brasileira: leituras, livros e bibliotecas*. São Paulo: Edusp, [2020]. No prelo.

ROCHE, Daniel. Histoire des idées, histoire sociale: l'exemple français. *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, Paris, n. 59-4 bis, p. 9 - 28, 2012. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-d-histoire-moderne-et-contemporaine-2012-5-page-9.htm>. Acesso em: 18 abr.2020.

SEVCENKO, Nicolau. A república dos mandarins. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 jun. 2001. Caderno Mais. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>



mais/fs2406200113.htm. Acesso em: 18 abr. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. A terceira margem do Atlântico. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 ago. 2003a. Jornal de Resenhas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs0908200312.htm>. Acesso em: 18abr.2020.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003b.

SEVCENKO, Nicolau. Entrevista. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 38-43, fev./mar. 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VERÍSSIMO, José. O “salão” fluminense de 1901. In: VERÍSSIMO, José. *Que é literatura e outros escritos*. São Paulo: Landy, 2001. p. 213-219.

## Notas

<sup>1</sup>Doutor em História da Arquitetura (2006). Professor Associado na Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup>Agradeço a Sergio Miceli por seus comentários e críticas sobre as primeiras versões deste texto (cf. ROCHA, 2018). O título remete à *Le sociologue et l'historien*, entrevista publicada de Pierre Bourdieu (2017) por Roger Chartier.

<sup>3</sup>Explora-se aqui, portanto, um conjunto diversificado de fontes, trabalhando-se desde resenhas até um exemplar anotado de livro, cuja dedicatória e anotações revelam ou documentam o diálogo sugerido. Um tratamento sistemático do assunto aparece em Rocha ([2020], no prelo), que oferece um panorama mais amplo sobre os temas da recepção de uma obra em um determinado grupo ou “comunidade de sentido” (e sua “livre” interpretação pelo leitor), a circulação e a apropriação das ideias, as sociabilidades e redes de colaboração entre intelectuais diversos etc.

<sup>4</sup>Depoimento ao autor por e-mail em 08 jul. 2017.

<sup>5</sup>O inverso acontecendo na “bibliografia sumária” do texto *Intelectuais brasileiros* incluído em Sergio Miceli (2001).

<sup>6</sup>E esse público, provavelmente, incluía patronos e mecenas.

<sup>7</sup>Para Elisabeth Badinter – ver comentários adiante – no tempo de Luís XV “o escritor, não raro sem posses, continua a sonhar com um mecenas que haverá de convidá-lo à



sua mesa e oferecer-lhe uma renda e proteção em troca de dedicatórias à sua glória” (BADINTER, 2007a, p. 11).

<sup>8</sup>Basta ler a frase de Sevckenko “os homens de talento sentiam-se unanimemente repelidos e postos de lado em favor de aventureiros, oportunistas e arrivistas sem escrúpulos” (SEVCENKO, 2003b, p. 109) paralelamente à de Badinter “a ausência de competência intelectual desses juízes mundanos torna-os cegos aos verdadeiros gênios, inclinados para os talentos medíocres” (BADINTER, 2007a, p. 80) – ou ainda com Lima Barreto citado por Sevckenko, “fazem de imbecis gênios, de gênios imbecis; trabalham para a seleção das mediocridades” (SEVCENKO, 2003a, p. 207).

<sup>9</sup>“Os intelectuais têm, entretanto, perfeita razão, penso eu, de se apartarem do campo onde a pretexto de patriotismo e outras coisas práticas em ismo, se manipulam todas as transações, se preparam todas as capitulações de consciência, se aparelham e acomodam todos os interesses, que constituem o fundo da vida política moderna. Os que lho censuram confundem grosseiramente política, eleições, jornalismo, briga por empregos e posições, o parlamentarismo com todas as suas mentiras, as ficções desmoralizadas do constitucionalismo, com os altos interesses humanos e sociais, quando nada há de comum entre uns e outros” (VERÍSSIMO apud SEVCENKO, 2003b, p. 112).

<sup>10</sup>Apesar de seu ecletismo intelectual, Lima Barreto, por exemplo, era leitor, entre outros, de Voltaire e Condorcet (SEVCENKO, 2003b, p. 195). Nessa direção, pode-se indagar como entender os eventuais (novos) usos dados por um leitor brasileiro do século XX aos escritos de pensadores do século XVIII – o que chamo em outro lugar de “ampliação” de uma comunidade de sentido (ROCHA, [2020], no prelo). Ou como propõe Christophe Charle (2018) “certas realidades trans-históricas denominadas ‘intelectuais’” (p. 89) que estabeleceriam “laços” entre, por exemplo, um pensador do século XX como Bourdieu e Pascal (BOURDIEU, 2001): “a análise comparativa das figuras precedentes dos intelectuais..., na França ou em outro lugar, e o estudo comparado dos conflitos e das lutas de outras conjunturas históricas fornecem um repertório de ação e um instrumento de análise para outras situações históricas presentes ou futuras” (CHARLE, 2018, p. 98). Logo a seguir, o discípulo de dois “pierres”, como duas “pedras” disciplinares, Vilar e Bourdieu, cita a tese de Sergio Miceli sobre as elites intelectuais brasileiras.

<sup>11</sup>Segundo Elisabeth Badinter, “no começo do século XVIII, a aristocracia manifestava um desprezo feroz pelo conhecimento. Entretanto, a Academia de Ciências, contrariamente a Academia Francesa (de letras), só aceitava membros por suas competências profissionais. O ingresso nesta instituição se transformou, com efeito, em um instrumento de promoção inesperado e, assim, em cenário das ambições da elite intelectual francesa. Isso explica o grande número de intelectuais de origem modesta” (BADINTER, 2007b).

<sup>12</sup>No sentido de atividades relegadas ao segundo plano na estrutura de classes e gêneros. Talvez seja possível entender essa aproximação ao “feminino” como sexualidade masculina reprimida ou, pelo menos, sublimada. Como propõe Elisabeth Badinter, “no começo deste século [XVIII, esses] personagens haviam herdado a tradição religiosa do trabalho intelectual exercido em conventos e claustros. Era uma época em que o homem que se dedicava a reflexão não podia compartilhar essa atividade com uma vida de família, arriscando perder o respeito dos pares. O matrimônio e até a sexualidade eram muito mal vistos. [...]. É realmente impressionante o número de ‘filósofos’ que não tinham nenhum tipo de vida sexual [...]: D’Alembert tinha fama de impotente, a sexualidade de Voltaire era bem modesta, o mesmo com Rousseau” (BADINTER, 2007b).



<sup>13</sup>O interesse de Bourdieu (1967) pelo “campo intelectual” e o “poder criador”, bem como pela figura de Flaubert, já aparecia em *Campo intelectual y proyecto creador*.

<sup>14</sup>Outra publicação anotada adquirida pelo autor da biblioteca de Nicolau Sevcenko, um volume da revista francesa *Critique* – fundada por Georges Bataille – de agosto setembro de 1975, é dedicada à intelectualidade em Viena no alvorecer do século XX: a metrópole vienense como lugar de uma cultura inovadora e crítica.

<sup>15</sup>Goldmann também é citado por Sergio Miceli (2019) em entrevista. Curiosamente, a referência lembrada é o clássico *Le Dieu caché*, ausente na bibliografia de *Literatura como missão*.

<sup>16</sup>Mesmo ano de publicação de *Les règles de l’art, genèse et structure du champ littéraire* de Bourdieu.

<sup>17</sup>Em *Imagens negociadas*, Sergio Miceli já falaria de “autonomia com que se impõe o trabalho artístico e intelectual” (MICELI, 1996, p. 15) ou na contribuição exclusiva das obras visuais “irredutível aos termos de balizamento impostos pelos praticantes dos demais gêneros” (MICELI, 1996, p. 21).

<sup>18</sup>Este trecho aparece grifado no exemplar de *Nacional estrangeiro* anotado por Nicolau Sevcenko.

<sup>19</sup>O que o autor irá denominar como uma estratégia calculada para “romper com esse monopólio letrado de definir o valor dos demais produtores de cultura” (MICELI, 1996, p. 21).

<sup>20</sup>José Veríssimo apontava que, em 1890, apenas 14 ou 15% da população brasileira sabia ler (apud SEVCENKO, 2003a, p. 110).

<sup>21</sup>Nota 14 e também em um exemplar de Valladares (2005).

<sup>22</sup>O método prosopográfico comentado por Miceli em *Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil)*, de 1980, republicado em Sergio Miceli (2001).

<sup>23</sup>Em outra entrevista, Sevcenko assumirá claramente a influência de sua experiência de vida em seu trabalho: “Em geral me volto para temas que me tocam intimamente e àqueles em condições equiparáveis à minha, que tenham a ver com um modo bastante peculiar de inserção na sociedade brasileira, de migrantes ou imigrantes, de classe subalterna, de periferias remotas, de culturas exóticas, sobretudo com um forte substrato de oralidade”; ou, em outra passagem, “Minha preocupação era, sobretudo, tentar entender como se manifestava a imaginação de grupos excluídos, como a condição de estar numa posição excêntrica e na posição de excluído acentuava a dimensão crítica da imaginação e, portanto, trazia um elemento de contribuição, de colaboração para uma reconfiguração muito mais radical da sociedade”. (KANASIRO; HIRANO, 2012). Em direção semelhante, indica-se a leitura do final da entrevista de Sergio Miceli (2019, p. 422), citada na nota 15, onde o sociólogo menciona a importância de seu tio materno no estabelecimento de sua ligação com o mundo intelectual, diante da “decadência” familiar: “como não havia mais recursos disponíveis, me vi arrastado aos estudos e ao vislumbre de uma carreira que não sabia bem como ia se viabilizar”.

<sup>24</sup>Embora não trate de Machado de Assis, a frase dá bem a medida da alternativa machadiana.